Reflexões sobre a formação de jornalistas: 1880-1925

On the training of journalists: 1880-1925

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra | CEIS20
apeixinho71@gmail.com
ORCID ID: 0000-0002-4533-7921

DOI: https://doi.org/10.34619/wd4w-zr9z

Resumo: A profissão de jornalista tem uma história relativamente recente, com pouco mais de 100 anos, e complexa, intimamente dependente de rotinas e práticas quotidianas e da progressiva constituição de um campo de atuação instável, de fronteiras porosas e que se instaura sob o signo do confronto. No período entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, que corresponde ao tempo da construção dos alicerces do novo campo profissional dos jornalistas (Chanel, 2001; Correia e Batista, 2007; Delporte, 1995; Fidalgo, 2008; Miranda, 2008; Sobreira, 2003), ocorreram assinaláveis transformações no mundo dos jornais (Dias, 2014; 2017; 2018) e a "opinião pública ascendeu à maioridade" (Sardica, 2012, p. 348).
Reclamando um estatuto próprio e cientes do seu progressivo poder, estes "novos jornalistas" procuram redefinir as fronteiras do seu campo de atuação e distinguir-se da esfera literária e política, até então representada pelo "homem de letras" (Dias e Peixinho, 2018; Ferenczi, 1993; Peixinho, 2010). Inicia-se, assim, um movimento associativo no seio do qual se discute um conjunto de questões de identidade organizativa (Cunha, 1941; Sardica, 2012; Sousa, 2011; Vargues, 2003), nomeadamente o tema da formação profissional (Chanel, 2001; Sobreira, 2003; Sousa, 2009). É no quadro de internacionalização dos numerosos congressos profissionais que emerge a necessidade de uma formação especializada, discutida num contexto transnacional, do qual Portugal não esteve arredado. O foco deste estudo são precisamente os Congressos Internacionais da Imprensa, organizados desde 1894 pelo *Bureau Central des Associations de Presse*, cuja quinta edição teve lugar em Lisboa. Embora as diferentes propostas sobre o ensino da profissão não tenham sido consequentes, elas são reveladoras dos debates sobre a inscrição da formação no universo profissional.

Palavras-chave: ensino do jornalismo; viragem do século; associativismo; congressos internacionais.

Abstract: *The journalist profession has a relatively recent, but complex, history, with a little more than 100 years, intimately dependent on daily routines and practices and on the progressive constitution of an unstable field of action, with porous borders, that was established under the sign of confrontation. In the period between the last quarter of the 19th century and the first quarter of the 20th century, which corresponds to the time when the foundations of the new professional field of journalists were built (Chanel, 2001; Correia and Batista, 2007; Delporte, 1995; Fidalgo, 2008; Miranda, 2008; Sobreira, 2003), remarkable transformations occurred in the world of newspapers (Dias, 2014; 2017; 2018) and "public opinion came of age" (Sardica, 2012: 348). Claiming their own status and aware of their progressive power, these "new journalists" seek to redefine the boundaries of their field of action and to distinguish themselves from the literary and political sphere, hitherto represented by the "man of letters" (Dias e Peixinho, 2018 ; Ferenczi, 1993; Peixinho, 2010). Thus, an associative movement begins, in which a set of organizational identity issues were discussed (Cunha, 1941; Sardica, 2012; Sousa, 2011; Vargues, 2003), namely professional training (Chanel, 2001; Sobreira, 2003; Sousa, 2009). It was in the context of the internationalization of the numerous professional congresses that the need for specialized training emerged, discussed in a transnational context, from which Portugal was not removed. The focus of this study is precisely the International Press Congresses, organized, since 1894, by the Bureau Central des Associations de Presse, whose fifth edition took place in Lisbon. Although the different proposals on the teaching of the profession were not consequential, they are revealing of the debates about the inscription of training in the professional universe.*

Keywords: *journalism training; turn of the century; associative movements; international congresses.*

Introdução

Este estudo integra-se num dos campos de investigação do projeto *A História do Jornalismo em Portugal* que é o da História dos Jornalistas cujo objetivo é a reconstrução de uma narrativa sobre a profissão em Portugal, delimitada por marcos temporais previamente definidos: desde o final da Monarquia Constitucional até ao termo do século XX. Pretende-se, no termo do projeto, responder a um conjunto ambicioso de perguntas, de modo a capturar

momentos-chave na dinâmica de construção do campo profissional do jornalismo português, em diálogo com a história cultural, social e política do país.

Neste capítulo, estuda-se a génese de uma reflexão sobre o ensino profissional do jornalismo, que emerge na viragem de século e que, pese embora a crítica mais recente da sociologia sobre este modo de definir as profissões, poderá servir de referência para explicar quais as competências e a educação que os jornalistas elegeram como constitutivas do exercício profissional[1].

O período em estudo situa-se entre 1880 e 1925, datas simbolicamente relevantes do associativismo da classe profissional: o ano de 1880 é o da constituição da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses (a primeira formalmente constituída);[2] o de 1925 coincide com a publicação dos Estatutos do primeiro sindicato, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, que resultou da transformação estatutária da Associação dos Trabalhadores da Imprensa, constituída no início do século XX.

No período entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, que corresponde ao tempo da construção dos alicerces do novo campo profissional dos jornalistas (Chanel, 2001; Correia e Batista, 2007; Delporte, 1995; Fidalgo, 2008; Miranda, 2008; Sobreira, 2003), ocorreram assinaláveis transformações no mundo dos jornais (Dias, 2014; 2017; 2018) e a "opinião pública ascendeu à maioridade" (Sardica, 2012, p. 348). É também uma época que assistiu a uma significativa mudança de regime, no qual os jornais e os jornalistas assumiram um papel determinante (Sardica, 2012). Finalmente, é o período em que a informação adquire valor de mercado e em que surgem os grandes "impérios mediáticos":

> Sendo o lucro farol da equação, havia que conquistar leitores sem hostilizar empregadores. Os empresários apercebem-se que as novas exigências do ofício reclamam mais do que escribas dotados, mas avessos a regras. O impulso do mercado exige novo grau de eficácia na transmissão da mensagem. O processo de formalização da formação dos jornalistas impõe-se como resposta à necessidade dessa maior eficácia. O ensino do jornalismo é um produto do mercado (Coelho, 2015, p. 234).

Reclamando um estatuto próprio e ciente do seu progressivo poder, os "profissionais da imprensa" procuram definir as fronteiras do seu campo de atuação e distinguir-se da esfera

1 Segundo Rosa Sobreira "a transmissão de um conhecimento altamente especializado e sistematizado constitui um dos atributos para a construção e afirmação das profissões" (Sobreira, 2003, p. 146), ao nível sociológico.

2 Desde o Liberalismo, o associativismo impulsionou-se: José Carlos Valente, no estudo do Sindicato dos Jornalistas, publicado em 1988, conta entre 1836 e 1870 cinco associações que fazem parte da pré-história do associativismo da classe (Valente, 1998, pp. 14-18); também Isabel Nobre Vargues refere um conjunto de associações que, na primeira metade do século, no quadro da instauração do regime liberal, apareceram em Portugal: Sociedade dos Amigos das Letras (1823 e 1836), a Academia Lisbonense das Ciências e das Letras (1843), o Grémio Literário (1846), Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa (1846), Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de S. Miguel (1848), a Associação Tipográfica Lisbonense (Vargues, 2003, p. 168).

literária e política, até então representada pelo "homem de letras" e pelo "publicista" (Dias e Peixinho, 2018; Ferenczi, 1993; Peixinho, 2010). Um dos sintomas dessa consciência de classe, índice de autonomização profissional dos jornalistas portugueses, é precisamente a discussão acerca do ensino e da formação profissional, que assoma neste período em contexto internacional e é marcada por tensões e impasses que ajudam a compreender as disputas simbólicas neste campo por parte de um setor emergente e crescente de jornalistas.

O tema da formação dos jornalistas assoma precisamente no âmbito dos debates dentro do movimento associativo que se inicia no final de oitocentos (Sousa, 2009; Sousa e Teixeira, 2011; Valente, 1998) e que é estimulado pelos contactos que a rede de organização dos congressos internacionais potenciava. O foco deste estudo são precisamente os Congressos Internacionais da Imprensa, organizados desde 1894 pelo *Bureau Central des Associations de Presse*, cuja quinta edição teve lugar em Lisboa.

Congressos de fim de oitocentos

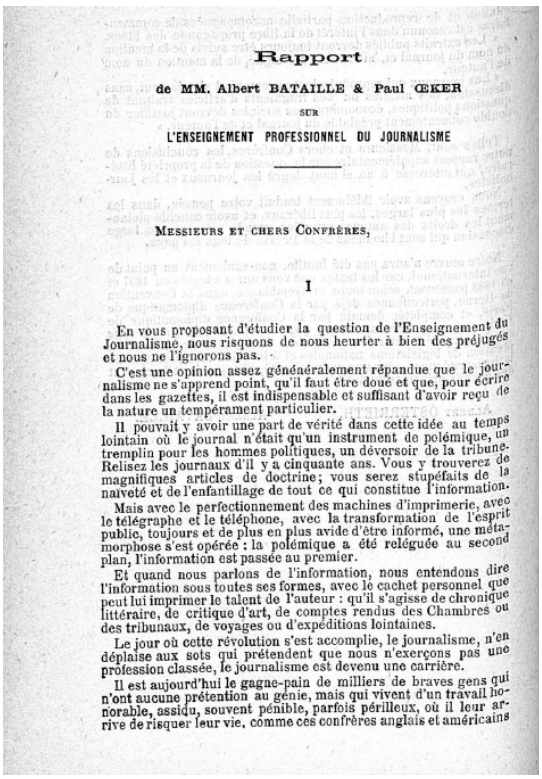
Com efeito, foi no Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa em 1898, que Albert Bataille, cronista criminal, colaborador do *Le Figaro* e um dos mentores da criação do *Bureau Central des Associations de Presse*, primeira organização internacional de jornalistas, abriu a discussão sobre o ensino profissional do Jornalismo[3]. Deve esclarecer-se a este respeito dois aspetos que têm sido obliterados em alguns estudos: i) não foi este o primeiro congresso em que o tema é chamado à colação, pois, no segundo Congresso de Bordéus, em 1895, um jornalista norte-americano, P. Oeker, proferira uma palestra sobre o estado do ensino profissional no seu país (Comte-Rendu, 1896); ii) a morte de Bataille, poucos meses depois de ter estado em Lisboa, impediu-o de concretizar o seu projeto, cabendo a uma mulher, Jeanne Weill, que, como muitas mulheres à época, assinavam os seus textos sob um pseudónimo masculino (DickMay), a criação da primeira Escola Superior de Jornalismo, dentro da É*cole de Hautes* É*tudes Sociales*[4].

A proposta de Bataille não teve grande impacto no mundo da imprensa nacional. Tanto assim é que, 40 anos mais tarde, no início do Estado Novo, João Paulo Freire, jornalista e

3 Segundo V. Goulet: "l'idée que les journalistes devaient aborder la carrière avec un 'bagage sérieux de connaissances et de solides garanties morales' avait déjà été soulevée par le chroniqueur judiciaire Albert Bataille, qui tenta de créer au *Figaro*, avec le soutien de son directeur, une école de journalisme (il mourut avant que le projet n'aboutisse) (...). En 1895, l'École libre des sciences politiques ouvre un cours de 'Préparation au journalisme' (...) mais il n'existe pas d'école dédiée" (Goulet, 2009, p. 7).

4 Não deixa de ser digno de nota o facto de o nome desta mulher fundadora ter sido apagado pela história, uma vez que a maior parte da bibliografia sobre este assunto imputa, incorretamente, a Albert Bataille o mérito da fundação da primeira Escola Profissional de Jornalismo em Paris. Mesmo testemunhos do início do século XX, que explicitam a morte de Bataille em 1899, atribuem a fundação da escola francesa ao professor Henry Fouquier, um homem de letras, escritor e cronista, que foi um dos professores do curso (Goulet, 2009).

Figura 1
Relatório de Albert Bataille & Paul Oeker. Fonte: Compte Rendu des Travaux du 5ème Congrès International de la Presse. Lisbonne.



Rapport

de MM. Albert BATAILLE & Paul ŒKER

SUR

L'ENSEIGNEMENT PROFESSIONNEL DU JOURNALISME

MESSIEURS ET CHERS CONFRÈRES,

I

En vous proposant d'étudier la question de l'Enseignement du Journalisme, nous risquons de nous heurter à bien des préjugés et nous ne l'ignorons pas.

C'est une opinion assez généralement répandue que le journalisme ne s'apprend point, qu'il faut être doué et que, pour écrire dans les gazettes, il est indispensable et suffisant d'avoir reçu de la nature un tempérament particulier.

Il pouvait y avoir une part de vérité dans cette idée au temps lointain où le journal n'était qu'un instrument de polémique, un tremplin pour les hommes politiques, un déversoir de la tribune. Relisez les journaux d'il y a cinquante ans. Vous y trouverez de magnifiques articles de doctrine; vous serez stupéfaits de la naiveté et de l'enfantillage de tout ce qui constitue l'information.

Mais avec le perfectionnement des machines d'imprimerie, avec le télégraphe et le téléphone, avec la transformation de l'esprit public, toujours et de plus en plus avide d'être informé, une métamorphose s'est opérée : la polémique a été reléguée au second plan, l'information est passée au premier.

Et quand nous parlons de l'information, nous entendons dire l'information sous toutes ses formes, avec le cachet personnel que peut lui imprimer le talent de l'auteur : qu'il s'agisse de chronique littéraire, de critique d'art, de comptes rendus des Chambres ou des tribunaux, de voyages ou d'expéditions lointaines.

Le jour où cette révolution s'est accomplie, le journalisme, n'en déplaise aux sots qui prétendent que nous n'exerçons pas une profession classée, le journalisme est devenu une carrière.

Il est aujourd'hui le gagne-pain de milliers de braves gens qui n'ont aucune prétention au génie, mais qui vivent d'un travail honorable, assidu, souvent pénible, parfois périlleux, où il leur arrive de risquer leur vie, comme ces confrères anglais et américains

escritor, publica um opúsculo sobre o Ensino do Jornalismo em que lamenta o facto de, no país, quarenta anos depois de se ter lançado a discussão acerca da formação profissional, ainda não existir nenhum curso ou escola de Jornalismo, ao contrário do que sucedia em outros países europeus:

> No nosso País, como aliás no resto do mundo, o jornalismo faz-se por vocação e autodidatismo, ou por necessidade; e embora haja profissionais, não existe ainda entre nós, para tal, aprendizagem escolar e científica (...). O assunto não é novo, mas talvez poucos se recordem, ou o saibam, que este foi pela primeira vez posto oficialmente em discussão no 5.º Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa em 1898. Já lá vão 44 anos! (Freire, 1936, p. 10).

A posição deste jornalista é bastante interessante porque escapa à lógica maniqueísta que durante décadas dividiu a classe, entre os defensores da tarimba e da escola das redações (ou que a essa realidade tinham de se render) e os que pugnavam por um ensino superior especializado[5]. Sustentando que a vocação é um fator fundamental, algo de inato que não se ensina nem aprende, Freire não deixa de reconhecer que a complexidade do jornalismo no

5 Sobre este debate nos primórdios do ensino do Jornalismo na Europa e nos Estados Unidos, veja-se Melo, 2004.

primeiro Pós-Guerra exigia novas competências culturais e técnicas que um ensino formal poderia robustecer:

> Eu sei que o verdadeiro jornalista não se faz. Nasce feito. Mas o que sei também é que essa espontaneidade exuberante se fortaleceria se a educassem convenientemente. Não há nada mais perigoso do que um jornalista ignorante; mas também nada existe mais incomodativo do que um burro a julgar-se jornalista. (...) um jornalista que se preze e preze a sua profissão não pode apenas ater-se à sua vocação, havendo mister que complete essa vocação com conhecimentos gerais indispensáveis aos que desempenham funções de responsabilidade mental, mas ainda com uma especialização que o habilite a pronunciar-se conscientemente, segundo o setor jornalístico a que aplicou a sua atividade (Freire, 1936, pp. 19-21).

Certo é que foi no Congresso de Lisboa, realizado na Sociedade de Geografia, que Albert Bataille e P. Oeker, delegado da União Nacional das sociedades da imprensa americana e do Clube de Imprensa da Califórnia, apresentaram a resolução de criar uma escola de Jornalismo. A proposta que defenderam começou precisamente por contrariar uma ideia generalizada (que perdurou ainda durante algumas décadas século XX), segundo a qual o jornalismo era uma atividade[6] dependente da vocação, um ofício para o qual não se exigia nenhuma formação específica, exceto um certo "temperamento" e saber ler e escrever[7]. Quatro anos antes, no 1.º Congresso Internacional em Antuérpia, Heinzmann-Savino, jornalista holandês e professor no Instituto Superior do Comércio, afirmara que "le journalisme n'est guère autre chose que le métier des gens qui n'en ont pas" (*apud* Chanel, 1995).

Na opinião dos autores da proposta apresentada ao Congresso de Lisboa, as profundas alterações no espaço público, desencadeadas pelas sucessivas invenções tecnológicas, alteraram substancialmente o jornalismo que deixou de ser o prolongamento das disputas parlamentares, o "trampolim de políticos" ou o meio de doutrinação eficaz, para viver cada vez mais da informação:

> Mais avec le perfectionnement des machines d'imprimerie, avec le télégraphe et le téléphone, avec la transformation de l'esprit public, toujours et de plus en plus avide d'être informé, une métamorphose s'est opérée: la polémique a été reléguée au second plan, l'information a passé au premier (Bataille & Oeker, 1899, p. 126).

6 Christian Delporte assinala como, em 1880, Edouard Chardon, no seu *Dictionnaire des Professions*, recusava o estatuto profissional à classe dos jornalistas, argumentando não existir nenhuma aprendizagem específica para a função, nem nenhum diploma ou certificado para a ela aceder (Delporte, 1995, p. 13).

7 "C'est une opinion assez généralement répandue que le journalisme ne s'apprend point, qu'il faut être doué et que, pour écrire dans les gazettes, il est indispensable et suffisant d'avoir reçu de la nature un tempérament particulier" (Bataille & Oeker, 1899, p. 126).

Neste quadro, reclamam o estatuto profissional para os jornalistas, que não podem continuar a ser representados como os frustres, os falhados de outras carreiras[8], mas como um conjunto de profissionais que fazem dos jornais o seu meio de sustento e do jornalismo uma carreira:

> Il est aujourd'hui le gagne-pain de milliers de braves gens qui n'ont aucune prétention au génie, mais qui vivent d'un travail honorable, assidu, souvent pénible, parfois périlleux, où leurs arrive de risquer leur vie, comme ces confrères anglais et américains qui, dans les dernières guerres, sont tombés sur le champ de bataille et auxquels nous envoyons un salut (Bataille & Oeker, 1899, p. 127).

O que estas palavras descrevem é, em suma, a eclosão de uma "civilização do impresso", que viu nascer novos objetos e hábitos de consumo cultural, novos agentes e novos espaços, "num quadro de efeitos multiplicadores de desenvolvimento que concorreu para a emergência urbana de uma cultura de massas" (Dias, 2017, p. 7). Havia a perceção de que o jornalismo estava a mudar: novas tecnologias — como o telégrafo, o telefone, a fotografia —, a que correspondeu uma aceleração do tempo e do espaço e uma massificação e diversificação dos públicos. Ao lado do jornalismo opinativo e político, um novo jornalismo, mais informativo, emergia; ao lado do homem de letras e publicista, estava agora o repórter cuja subsistência dependia dos jornais[9]; frente à retórica parlamentar e combativa, ou ao estilo "aliteratado", surgia uma linguagem menos elaborada, mas específica que falava às massas:

> A industrialização da imprensa concorreu para abrir o caminho a um jornalismo com um estatuto distinto da opinião, da observação literária e política, dirigido a pequenos grupos das elites e apoiado pelo sistema de assinatura, que eram apanágio da fase anterior da imprensa (Garcia, 2009, p. 25).

---

8 A literatura europeia da época representava a figura do jornalista de um modo extremamente negativo, sintoma deste jogo de forças: "Jusqu'au début du XXe siècle, l'image du journaliste donnée par les romans est indiscutablement négative" (Aziza *et. al.*, 1978, pp. 91-92). Esta tese é igualmente defendida por Rémy Rieffel que afirma: "Il suffit de penser à *Bel-Ami*, ce roman où Maupassant fustige lui aussi la collusion des gens de presse avec les hommes politiques inféodés à l'argent, ou encore aux *Souvenirs Littéraires* de Maxime du Camp, qui dénonce les mêmes tares et les mêmes intrigues, pour se rendre à l'évidence : jamais profession ne fut plus vilipendée et discréditée qu'au siècle dernier.» (Rieffel, 1984, pp. 7-8) ; e, mais recentemente, Christian Delporte escreveu que "la littérature de l'époque a largement alimenté l'image négative du journaliste, plumitif ambitieux et sans scrupules, escroc, maître chanteur." (Delporte, 1995, p. 15). A este respeito, veja-se também: Vaillant, 2004; Peixinho, 2010).

9 Veja-se o que explica Paula Miranda: "Os intuitos lucrativos, que estiveram na origem dos novos projetos, revelaram-se decisivos para que o jornalismo perdesse o estatuto de apostolado e passasse a ser exercido com uma base remuneratória, indispensável à autonomização e afirmação social, ou, em suma, à profissionalização" (Miranda, 2014, p. 221). Ou ainda a descrição de Rogério Santos sobre a emergência deste "novo jornalismo": "Vivia-se num período de confluência da imprensa política com a informação mais neutral, de caráter levemente sociológico, em que era ainda notório o peso dos escritores na confeção de artigos de fundo e na produção de folhetins, o repórter nascia como informador que procura os factos na rua e o noticiário se apresentava como matéria distinta das gazetilhas poéticas e dos artigos de fundo, muitos deles escritos em linguagem inflamada, levantando-se contra a censura de imprensa no final do regime monárquico" (Santos, 2004, p. 193).

Contudo, a proposta de Bataille foi acolhida com aparente indiferença, tornando evidente que, a dois anos de virar o século, o Jornalismo português ainda não estava preparado para acolher um projeto desta natureza por razões de variada ordem: não só pela ainda incipiente organização profissional[10] e pelo facto de a autonomização da classe se ter processado por ruturas e lutas simbólicas, mas também pelo modo como o Ensino estava organizado em Portugal (Gomes, 1980), sem que se oferecessem condições políticas, organizativas ou técnicas para a sua concretização.

Já em 1894, no I Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Antuérpia, Heinzmann-Savino aflorara a necessidade de se pensar uma formação para a classe profissional:

> Si nous avons la ferme intention de travailler au bien moral de la profession à laquelle nous appartenons, occupons-nous de former dès maintenant ceux qui nous remplaceront un jour. Rendons-les capables d'élever la presse à un niveau auquel, malgré toutes nos bonnes intentions, il ne nous a pas toujours été donné de la maintenir. Et pour cela faisons en sorte qu'ils puissent acquérir ces connaissances sans lesquelles leur jugement ne saurait s'exercer que d'une façon imparfaite: éclairons-les enfin de nos conseils, en les mettant en garde contre les erreurs dans lesquelles nous avons versé nous-mêmes. C'est là le but qu'il faudrait assigner à l'enseignement professionnel pour la presse, but complexe, comme on le voit, qui embrasse à la fois l'instruction et l'éducation (*apud* Chanel, 2001, p. 83).

Embora Portugal se tenha feito representar nesse Congresso por uma delegação que integrava os seus mais reputados homens da imprensa — Brito Aranha e Eduardo Coelho (*Diário de Notícias*), Magalhães Lima (*O Século*), Mariano Pina (*Diário Popular*), entre outros — não há registo de que a proposta aventada por Heinzmann-Savino tenha gerado interesse ou discussão entre nós. O relatório da secção portuguesa evidencia, por um lado, um entusiasmo cândido com o movimento associativo internacional, claro sinal de "affirmation de solidarité de classe" (Aranha, 1894, p. 7), por outro, o facto de estes eventos servirem sobretudo de pretexto à afirmação de um país, escondido nos confins da Europa, cuja imagem era preciso reabilitar.

10 A este respeito, veja-se o texto da conferência que Alberto Bramão profere em 1899, na sede da associação dos Jornalistas, na qual se pronuncia com muitas reservas relativamente à formação em Jornalismo. Para o jornalista e escritor, num país em o Jornalismo não era visto como uma profissão, não havia necessidade de uma escola ou de qualquer preparação para o "ofício". A visão de Bramão ecoava ainda uma conceção romântica da imprensa, em que "a prova do valor jornalístico não pode ser tirada em exames (...) porque sendo o jornalismo constituído por empresas particulares, de nada valeria o diploma de jornalista conferido pelos júris, a coações e a erros. A prova do valor jornalístico só se verifica como a prova do valor guerreiro — no campo de batalha." (Bramão, 1899, p. 15).

Nestes dois Congressos, esteve sobretudo presente a *aristocracia* da imprensa: jornalistas-escritores, homens de letras que concebiam o mundo da imprensa como uma torre de marfim e que olhavam com desconfiança e alguma sobranceria elitista a chegada, cada vez em maior número, de uma classe de repórteres e informadores, sem formação superior, grande parte deles autodidatas, aqueles a quem a pena verrinosa de Fialho de Almeida apelidava de "*déclassés*", de "literatiço falho, artigoleiro sem predicados de moralista".

A criação da Associação da Imprensa Portuguesa, em 1897, de iniciativa dos jornalistas Alberto Bessa, José Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana, é desencadeada como reação à Associação de Jornalistas criada no ano anterior e que reunia, nas palavras Alfredo da Cunha, a "aristocracia da imprensa", integrando apenas "escritores tirocinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português" (Cunha, 1941, pp. 24-25) e excluindo uma numerosa classe de repórteres e redatores cada vez mais indispensável aos jornais. Mais democrática e com uma quota bem mais baixa, a Associação da Imprensa rivalizava com a Associação de Jornalistas, admitindo no seu seio repórteres e informadores: "Ao invés, a Associação da Imprensa Portuguesa tinha uma quotização mais económica e um recrutamento mais democrático de sócios, aceitando a presença de repórteres (ou informadores), grupo já numeroso e que não tinha entrada na associação dos jornalistas" (Santos, 2004, p. 197).

A comparação dos estatutos de ambas as associações permite perceber bem como a viragem do século assiste a uma clarificação do estatuto profissional dos jornalistas portugueses. O artigo 3.º dos estatutos da Associação dos Jornalistas de Lisboa, fundada em 1896 por Brito Aranha, Alfredo da Cunha, Luciano Cordeiro, Silva Graça e Magalhães Lima — nomes dos diretores dos grandes jornais lisboetas do final de século — prevê que "podem fazer parte da Associação os escritores com tirocínio na imprensa periódica, quer esses escritores façam ou não do jornalismo a sua ocupação habitual e exclusiva" (Estatutos, 1896). Já os estatutos da Associação da Imprensa, fundada um ano depois, é mais restritiva na admissão de associados, podendo ter ingresso "os trabalhadores da imprensa, tanto de livro como de jornal", sendo a categoria de sócio efetivo reservada aos "jornalistas portugueses de reconhecido mérito (...) considerando-se como jornalistas, para os devidos efeitos de admissão, os redatores, diretores, colaboradores e repórteres e os correspondentes da capital" (Estatutos, 1898). Na opinião de Rogério Santos, entre as duas associações de classe, há uma distinção mais fina, que não apenas aquela traduzida pela definição estatutária dos seus sócios. Para o autor, a Associação dos Jornalistas empenhou-se no tópico da "qualidade literária dos textos" publicados e na "emancipação dos jornalistas face aos partidos; enquanto a Associação da Imprensa manifestou interesses mais práticos e empenhou-se em causas do domínio profissional, tendo "preocupações de índole social e reivindicativa" (Santos, 2004, p. 197).

Já em 1904, a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa, "a que mais anos viveu, melhor compreendeu e executou a sua missão de previdência", na opinião de Alfredo da Cunha (1941, p. 30), é ainda mais restritiva na admissão de sócios: "profissionais da

imprensa que trabalham na capital e vencem ordenados mensais estipulados pelas empresas jornalísticas" (Regulamento Interno, 1914, p. 3); no capítulo III do seu Regulamento Interno, reserva a categoria de "Colaboradores" aos escritores públicos ou publicistas, conquanto sem direito de voto na Assembleia Geral. Quando, em 1924, esta associação se transforma no Sindicato dos Profissionais da Imprensa, os estatutos preveem que a categoria de sócio efetivo corresponda a "todos os indivíduos, seja qual for a sua idade, sexo ou naturalidade, que exerçam há mais de dois anos, ininterruptamente, a profissão de redator, repórter, informador, revisor, fotógrafo ou desenhador e que à data da sua admissão exerçam a sua atividade nos jornais diários ou publicações periódicas de venda avulsa de Lisboa" (*Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa*, 1925).

A afirmação profissional e a construção identitária dos jornalistas portugueses fizeram-se por ruturas e lutas materiais e simbólicas, em que progressivamente os homens de letras e publicistas, representantes de um modelo de jornalismo em mudança, foram afastados das associações de classe por um grupo de novos jornalistas com uma consciência de classe cada vez mais apurada.

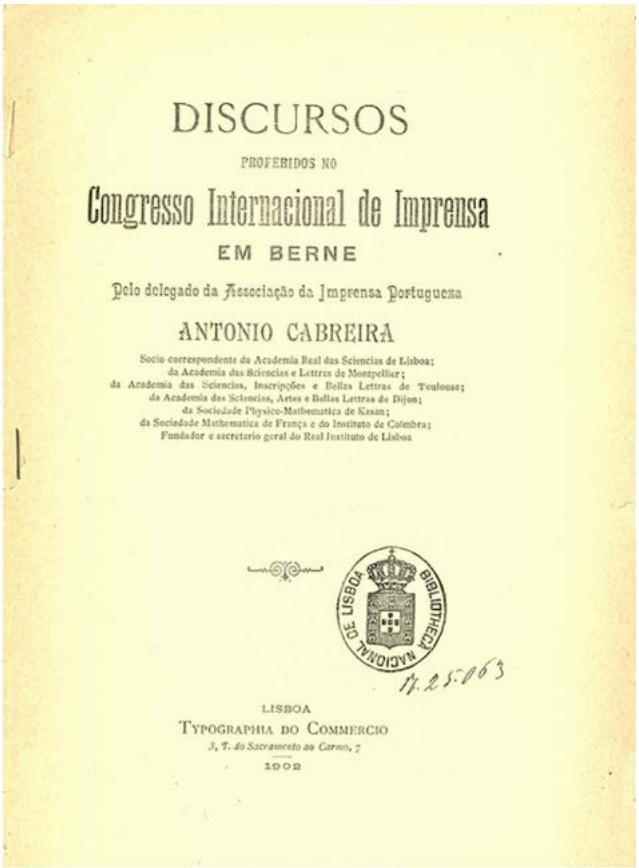
Estava em causa, o choque de dois grupos socioculturais: o da elite culta, dos publicistas e homens de letras, que viam o seu poder ameaçado por uma crescente vaga de profissionais provindos de estratos mais baixos da sociedade que começava a ser indispensável às redações na viragem do século; e o da classe de redatores, repórteres, informadores, fotógrafos, desenhadores que faziam do Jornalismo o seu modo de subsistência e que iam ganhando noção do seu poder e adquirindo uma consciência de classe, desde logo fundamental para pugnar pelos seus direitos laborais, que estarão em discussão nos primeiros anos da República[11]. Por outro lado, esses profissionais de imprensa, pertencentes a uma pequena burguesia urbana, moram ao lado e recebem os exemplos de luta laboral do forte sindicato dos tipógrafos, setor dum operariado culto e combativo, uma verdadeira elite operária (Barreto, 1982).[12]

11 A documentação do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, criado em 1924, pela transformação estatutária da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa, permite perceber que, sobretudo desde a primeira Lei da Imprensa de 1911, a classe discute questões tão relevantes para a sua identidade e organização profissional como a "carteira de identidade", o descanso semanal ou os contratos de trabalho (*Boletim do Sindicato dos profissionais da Imprensa*, 1925).

12 Veja-se o que explica José Barreto a respeito da greve conjunta de tipógrafos, jornalistas e distribuidores de 1921: "O maior erro da greve conjunta de 1921 tinha consistido justamente na acoplagem das reivindicações dos jornalistas com a simples exigência dos tipógrafos de aumento generalizado dos salários. Os jornalistas — que faziam então, no dizer de Alexandre Vieira, o seu baptismo de fogo, isto é, a sua primeira greve da classe — pareciam assim apoiar-se na força negocial dos tipógrafos para procurarem obter uma série invulgar de regalias, algumas delas encaradas pelos empresários jornalísticos como tentativa de subordinação da imprensa a uma censura e ao controlo da Confederação Geral do Trabalho" (Barreto, 1982, p. 206).

Congresso Internacional de Berna e a proposta de António Cabreira

Em 1902, quando da realização do oitavo Congresso Internacional da Imprensa, em Berna, o tema do ensino profissional do jornalismo é retomado por jornalistas portugueses. Neste congresso, duas associações de imprensa nacionais se fizeram representar — a Associação da Imprensa e a Associação dos Jornalistas — tendo produzido e publicado relatórios acerca dos trabalhos desenvolvidos: o *Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa*, publicado em 1903, da autoria dos três delegados ao Congresso, Alfredo Mesquita, José Parreira e Mendonça e Costa; e os *Discursos proferidos no Congresso Internacional de Imprensa em Berne pelo Delegado da Associação da Imprensa Portuguesa* da autoria de António Cabreira (Fig. 2).[13]


DISCURSOS

PROFERIDOS NO

Congresso Internacional de Imprensa

EM BERNE

Pelo delegado da Associação da Imprensa Portuguesa

ANTONIO CABREIRA

Socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa;
da Academia das Sciencias e Lettras de Montpellier;
da Academia das Sciencias, Inscripções e Bellas Lettras de Toulouse;
da Academia das Sciencias, Artes e Bellas Lettras de Dijon;
da Sociedade Physico-Mathematica de Kasan;
da Sociedade Mathematica de França e do Instituto de Coimbra;
Fundador e secretario geral do Real Instituto de Lisboa

BIBLIOTHECA NACIONAL DE LISBOA

LISBOA

TYPOGRAPHIA DO COMMERCIO

J. T. do Sacramento ao Carmo, 7

1902

Figura 2
Folha de rosto. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

13 António Cabreira era um matemático, jornalista e publicista português. Nasceu a 30 de Outubro de 1868, em Tavira, e morreu a 4 de dezembro de 1918, na sua terra. Era sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa; da academia das Ciências e Letras de Montpellier; da Academia das Ciências, Inscrições e Belas Letras de Toulouse; da Academia das Ciências, Artes e Belas letras de Dijon; da Sociedade Físico-Matemática de Kasan; da Sociedade Matemática de França e do Instituto de Coimbra; Fundador e secretário-geral do Real Instituto de Lisboa (Sousa, 2010, p. 388).

Por iniciativa da delegação da Associação da Imprensa, presidida por Alberto Bessa, o tema do ensino profissional é posto em agenda. Três temas foram apresentados por Cabreira, delegado da Associação ao Congresso: uma intervenção sobre liberdade de imprensa em Portugal, uma outra sobre a jurisdição dos tribunais em matéria de imprensa e, finalmente, a 24 de julho de 1902, uma comunicação sobre o "Curso Profissional do Jornalismo". Trata-se de um texto que revela, antes de mais, o nível de conhecimento dos jornalistas portugueses sobre as práticas formativas internacionais e a sua preocupação com a formação, não só como forma de qualificar profissionais para uma atividade cada vez mais complexa e exigente, mas também como meio de credibilização e afirmação profissional:

> Na economia social, cabe à imprensa um **papel importantíssimo**, quase decisivo. Basta notar que é ela que **interpreta** perante a consciência nacional **todos os factos** sociais, políticos e económicos e que, portanto, devem os seus membros estar convenientemente habilitados para **proceder à crítica** dos diversos assuntos. Com menos razão exigem os governos determinadas provas de competência para os **professores**, cujo mister é de facto menos complexo e de menos responsabilidades (Cabreira, 1902, p. 8).[14]

Convicto da importância social e da complexidade da missão da imprensa, Cabreira usa um argumento legitimador, comparando o papel e função dos profissionais da imprensa aos professores. Estas palavras denotam, por outro lado, uma alteração assinalável que se prende com a própria consciencialização dos valores e papel do jornalista neste início do século. Em conjunto, porém, tais aspetos não deixam de indiciar uma pista relevante: a comparação de uma formação escolar dos jornalistas com a formação profissional dos professores, nomeadamente o setor que nesta classe era considerado mais importante e seguramente o mais numeroso, a dos docentes do ensino primário, formados nas escolas distritais do Magistério, nível, portanto, pré-universitário.

As metáforas do apostolado, do sacerdócio, do vate que teria por missão de vida orientar, doutrinar e educar as massas, muito comuns na perceção que os homens de letras veiculam, começam a ser substituídas por aspetos mais concretos da prática profissional, reveladores da progressiva autonomização dos profissionais da imprensa relativamente ao escol intelectual. Se, no texto enviado pela nata da nossa imprensa ao *Bureau,* quando da realização do I Congresso de Antuérpia em 1894, a imprensa era "o elemento civilizador por excelência" e o jornalismo "um apostolado grandioso", em 1902, a voz da Associação da Imprensa tem já uma perspetiva mais realista do que deve ser um profissional da imprensa: um mediador que deve conhecer e dominar os diversos campos da realidade social, provendo a sua leitura

14 Negritos da nossa responsabilidade.

crítica, no respeito pelo "livre exercício das opiniões alheias, conscientemente fundamentadas, e a retidão inquebrantável de conduta, elementos essenciais para o prestígio e utilidade da imprensa" (Cabeira, 1902, p. 10).

A proposta de Cabreira aventa inclusive modelos de ensino, conteúdos a lecionar e possíveis cenários de operacionalização de uma Escola de Jornalismo. Reconhecendo que o plano de estudos de um curso profissional de jornalismo será difícil de consensualizar, em virtude da diversidade de saberes que deve contemplar e também das particularidades geopolíticas que afetam a prática profissional, não deixa, contudo, de sugerir que tal formação deve obrigatoriamente integrar i) um "conhecimento perfeito da língua nacional"; ii) técnicas de "taquigrafia"; iii) conhecimentos de "Geografia e História", de "Direito e legislação nacional"; de "economia política, matemática e ciências físico-naturais", de "filosofia, línguas e moral". Longe ainda da estrutura e sistematização dos cursos internacionais congéneres, mas seguramente respaldado nesses exemplos, a proposta da Associação da Imprensa evidencia, em nosso entender, uma perceção: i) da complexidade do ensino de uma profissão que exige um espectro muito alargado de conhecimentos, dificilmente demarcáveis em termos de especialização; ii) das exigências culturais, mas também técnicas, dessa formação; iii) da necessária abertura internacional dos profissionais que são chamados a compreender e representar acontecimentos não limitados ao seu domínio geográfico; iv) das implicações deontológicas — ainda não formuladas nestes termos — da profissão.

Relativamente à operacionalização deste curso, Cabreira, ciente das dificuldades de implementação no quadro do ensino do país, aventa a hipótese de este dever ser um curso de iniciativa estatal, mas com incentivos e em articulação com privados (embora não especifique quais, não sendo difícil prever a procura de tirocínios e visitas de estudo junto de jornais, como *O Século,* ou da Imprensa Nacional, como era prática pedagógica da Academia de Estudos Livres[15]) e feito necessariamente no quadro do movimento das associações de classe. Isto é, um curso profissional de Jornalismo deveria ser pensado, construído e operacionalizado por profissionais do terreno, no interior das estruturas identitárias da classe.

O relatório dos delegados presentes neste congresso por parte da Associação dos Jornalistas, subscrito por Alfredo Mesquita, José Parreira e Mendonça e Costa, branqueia totalmente a proatividade das intervenções dos colegas da Associação da Imprensa. Sobre o ensino do

15 A Academia de Estudos Livres foi fundada em 1889 e, a partir de 1904, passa a ser Universidade Popular. "Esta associação assegura o funcionamento da Escola Marquês de Pombal (que possui ensino diurno e noturno, este último destinado a adultos), para além de dinamizar atividades diversificadas na área da chamada extensão cultural, de que é exemplo a realização de cursos, conferências e visitas de estudo. Entre os promotores destas iniciativas encontramos algumas das figuras de referência do campo pedagógico português, como Bernardino Machado, Adolfo Coelho e Álvaro Viana de Lemos. A Academia dedicou-se também à edição de publicações, com destaque para os Anais da Academia de Estudos Livres — Universidade Popular (1912-1916), uma espécie de órgão da associação, e para o periódico estudantil A Mocidade (1910-1911), formalmente propriedade de um Núcleo de Instrução da Academia de Estudos Livres" (Pintassilgo, 2011, p. 215).

Jornalismo, comentam superficialmente a conferência de Bühler, jornalista suíço presidente do Comité de organização do Congresso, que terá sido "vigorosamente aplaudida", mas nada dizem acerca da proposta concreta do compatriota António Cabreira. Manifestam, inclusive, uma atitude cética relativamente à exequibilidade de um tal intento no nosso país:

> Acerca do ensino profissional do jornalismo, o Dr. Bühler apresentou ao Congresso um relatório que foi vigorosamente aplaudido. Mencionamos o facto não na esperança de que ele possa constituir estímulo entre nós, mas no propósito de assinalar todas as novas ideias que o Congresso aceita e procura levar à prática a despeito de todas as desavenças (Mesquita, A. et al., 1903, p. 6).

Este silêncio pode ser lido como sintoma do mal-estar que sempre existiu entre as duas associações, porque representando fações, interesses e grupos diferentes dentro do campo da imprensa. A Associação dos Jornalistas, que representava a elite, e a Associação da Imprensa que integrava todos quantos viviam do jornalismo.

Em 1925, são aprovados os estatutos do primeiro sindicato dos profissionais da imprensa, que surge de uma transformação estatutária da Associação dos Trabalhadores da Imprensa, criada em 1904. É neste contexto que, pela primeira vez em documentação oficial, aparece a proposta de fundação de uma "escola de jornalismo". No artigo 4.º dos Estatutos pode ler-se um conjunto de medidas prometidas com vista à defesa dos interesses profissionais da classe, entre os quais "estabelecer uma escola de jornalismo cujo programa, inspirado embora em exemplos estrangeiros, se deverá adaptar às necessidades do meio". A História mostra-nos que não passou de uma intenção, pois seria preciso esperar meio século para que o ensino do Jornalismo fosse uma realidade em Portugal.

Conclusões

A maioria dos estudos sobre o ensino do jornalismo em Portugal situam o seu início no pós-25 de Abril, recuando no máximo até à década de 40 do século XX, em pleno Estado Novo (Sobreira, 2004; Coelho, 2015; Correia e Baptista, 2007). Na verdade, é com a Democracia e depois de mais de quatro décadas de ditadura, que o ensino do Jornalismo passa a integrar a academia.

Contudo, a viragem do século XIX para o século XX é um momento decisivo de construção dos alicerces da classe profissional dos jornalistas, na Europa e também em Portugal, e a reflexão sobre o ensino da profissão, no quadro da organização dos Congressos Internacionais da Imprensa que se realizam anualmente desde 1894, é parte integrante desse processo. A discussão acerca do ensino do jornalismo em Portugal acompanha as discussões internacionais, embora a sua concretização efetiva seja mais tardia. O atraso que o ensino

profissional do Jornalismo sofreu em Portugal em relação a outros países europeus, denunciado por Fernando Cascais (2008), explica-se por constrangimentos políticos posteriores ao período aqui em estudo[16]. Isto porque, na viragem do século, os jornalistas portugueses — e referimo-nos aos "novos jornalistas" que lutavam pela autonomia profissional e faziam da atividade o seu meio de sustento — revelam conhecer as discussões internacionais sobre a formação profissional bem como os modelos de ensino já implementados noutros países.

A obra que Alberto Bessa publica em 1904 não deixa dúvidas: "Se para escrever nos jornais se exigisse um título de habilitação, seguramente que os autores de tais escritos não poderiam conquistá-lo, por incapacidade; e a imprensa teria lucrado com isso" (Bessa, 1904, p. 280). Profundamente conhecedor do estado da questão em outros países do mundo e particularmente seduzido pela imprensa norte-americana, onde as primeiras escolas serviam também o interesse de barões da imprensa como Pulitzer, Alberto Bessa, ainda que de modo subtil, evoca a argumentação de mercado que, nesta viragem de século, começava a chegar ao mundo dos jornais[17]. Nesta obra, apontou, portanto, as primeiras escolas de jornalismo na América e na Europa, evidenciando um conhecimento circunstanciado dos conteúdos programáticos, do enquadramento institucional e dos modelos dos cursos (Bessa, 1904, pp. 230-232)[18], o que aliás se refletiu na proposta que António Cabreira apresentou ao Congresso de Berna, em nome da Associação da Imprensa.

O debate acerca desta temática, no âmbito do movimento associativo nacional e internacional, embora inconsequente, na medida em que não se traduziu em concretizações, é revelador de um conjunto de especificidades que marcou a identidade profissional e que se prolongará pela segunda metade do século XX, despontando nos diversos momentos em que a discussão sobre o ensino do Jornalismo emerge.

---

16 A ditadura afastou o jornalismo da academia, ainda que a classe, mormente os seus representantes mais inconformados, tivesse dado sinais de querer contrariar o jugo do regime, sugerindo propostas de formação consistentes, refletidas e alinhadas com a tendência europeia (Coelho, 2015, p. 345). Jorge Pedro Sousa comenta "o retardamento do ingresso do Jornalismo no panorama dos cursos universitários" (Sousa, 2009, p. 3), adiantando que uma das causas para tal atraso, quando cotejado o contexto internacional, residiu na prolongada discussão, no seio profissional e na academia sobre a necessidade de formação superior de jornalistas. Esta questão é bastante interessante, mas não a desenvolveremos no âmbito deste capítulo, embora as raízes de alguns dos dilemas discutidos sobre o assunto no país encontrem as suas raízes no período aqui em estudo.

17 Veja-se, a este respeito, o que diz Pedro Coelho: No início do século XIX, quando o mercado começou a sustentar a imprensa industrial, os valores de base do jornalismo cederam aos impulsos financeiros. O ensino do jornalismo surgiu numa fase em que a *yellow press* se deixara aprisionar pelo sensacionalismo e pelas marcas do entretenimento. De alguma forma, a elevação do jornalismo ao estatuto de disciplina académica pretendeu ser a resposta do visionário Joseph Pulitzer aos efeitos desses primeiros sinais da deriva comercial do jornalismo. Pulitzer era, ele próprio, um empresário que conquistara sucesso nos seus jornais utilizando as fórmulas editoriais lucrativas que promoviam a venda em massa da imprensa de tostão" (Coelho, 2015, p. 292).

18 Sobre a importância desta obra de A. Bessa, vide Santos, 2004. Neste artigo, explica-se que a obra nasce de uma palestra proferida pelo jornalista em março de 1904, na sessão inaugural da Sociedade Literária Almeida Garrett, em Lisboa.

Entre essas características, destacamos: a instabilidade de fronteiras de um campo profissional, marcadamente "mestiço" (Ruellan, 2004; Correia e Baptista, 2007) e atravessado por tensões e lutas de valores e de modelos; as dicotomias inerentes ao ensino do Jornalismo, que traduzem diversas maneiras de ver a profissão e diferentes formas de legitimação profissional (geralmente traduzidas por dicotomias entre tarimba/ensino; vocação/formação; teoria/prática, especialização/generalização de saberes).

Referências bibliográficas

Aziza, C.; Oliviéri, C.; Sctrick, R. (Orgs.). (1978). *Dictionnaire des Types et Caractères Littéraires*. Fernand Nathan.

Barreto, J. (1982). Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II). In *Análise Social*. Vol. XVIII, n.º 70, 1.º, pp. 183-212.

Bjork, U. J. (2016). First Internationals: IUPA and PCW (1894–1936). In K. Nordenstreng*et al.* (Orgs). *A History of the International Movement of Journalists*, pp. 42-79. Palmgrave Macmillan.

Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas. In *Media & Jornalismo*, n.º 13, pp. 55-77.

Chanel, A. (1995). Anvers 1894: le premier congrès international de la presse. In *Journalisme. Études et documents*. Alphacom/CUEJ.

Chanel, A. (2001). La modernité de la formation au journalisme. In *Communication et Langages*, n.° 128, 2ème trimestre, pp. 81-95. https://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_2001_num_128_1_3077

Coelho, P. (2015). *Jornalismo e Mercado. Os novos desafios colocados à formação*. LabCom.

Correia, F.; Baptista, C. (2007). *Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo*. Caminho.

Cunha, A. (1941). *Jornalismo Nacional. Das malogradas Associações de Imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa em 8 de maio de 1941. s/n.

Delporte, C. (1995). *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France (du XVIIe siècle à nos jours)*. P.U.F. Col. "Que sais-je?".

Dias, L. A. C. (2018). O "círculo da "Leitaria Costa": itinerários populares de uma cultura de rua na transição do século XIX para o século XX. In *Impossibilia. Revista Internacional de Estudios Literarios*, n.º 17, Granada, 2017, pp. 52-82.

Dias, L. A. C. (2017). Do claro busto de Minerva à dupla face de Jano, ou os anos dourados da imprensa. In: C. Gouveia (coord.) *Roque Gameiro na Imprensa: a desenhar e a documentar graficamente*, pp. 7-17. Casa Roque Gameiro.

Dias, L. A. C. (2014). Elites intelectuais. In M. F. Rollo (coord.) *Dicionário de História da I República e do Republicanismo,* pp. 1114-1117. Vol. I. Assembleia da República.

Dias, L. A. C. e Peixinho, A. T. (2018). O intelectual, o artista e as massas na cultura portuguesa finissecular. *Estudos do Século XX*, n.º 18, pp. 136-151.

Durand, P. (2012). Presse ou médias, littérature ou culture médiatique? Question de concept. In *COnTextes*, n.º 11. http://journals.openedition.org/contextes/5392

Ferenczi,T. (1993). *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXe siècle*. Plon.

Fidalgo, J. (2008). *O Jornalista em construção*. Porto Editora.

Freire, J. P. (1926). *Escolas de Jornalismo. Temas Profissionais*. Editora Educação Nacional.

Garcia, J.L. (2009). *Estudos sobre os jornalistas portugueses*. ICS.

Gomes, J. F. (1980). *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Livraria Almedina.

Goulet, V. (2011). Dick May et la première école de journalisme en France. Entre réforme sociale et professionnalisation. In *Questions de Communication*, n.º 16, pp. 27-44.

Melo, J. M. de (2004). Os primórdios do ensino do Jornalismo. In *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 1, n.º 2 — 2.º Sem., pp. 73-83.

Miranda, P. G. (2014). *De políticos e escritores a jornalistas profissionais: jogos de identidade (1865-1925). As origens do arquiteto da informação.* Chiado Editora.

Miranda, P. G. (2008). As origens do jornalismo profissional em Portugal: uma incursão pelas estruturas empresariais (1865-1925). In M. de M. Lemos; M. Pinto (Orgs.). *Comunicação e Cidadania: atas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (1511-1531). CECS/UM.

Nordenstreng, K. *et al.* (2016). *A History of the International Movement of Journalists*. Palmgrave Macmillan.

Peixinho, A. T. (2010). *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. FCG/FCT.

Peixinho, A. T. (2009). Introdução. In Queirós, E. de (2009). *Cartas Públicas*, pp. 15-81. Edição Crítica de Ana Teresa Peixinho. INCM.

Pintassilgo, J. (2011). As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX. O exemplo da Academia de Estudos Livres. In M. M. C. de Carvalho; J. Pintassilgo (Orgs.) *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas*, pp. 215-244. Editora da Universidade de São Paulo.

Rieffel, R. (1984). *L'élite des journalistes*. P.U.F.

Ruellan, D. (2004). Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo. In *Comunicação e Sociedade*, n.º 5, pp. 9-24.

Santos, R. (2004). Alberto Bessa e a sua história do jornalismo — uma memória de cem anos. In *Atas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II Ibérico* (193-201), Vol. IV. SOPCOM.

Sardica, J. M. (2012). O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In *Análise Social*, n.º 203, XLVII (2.º), pp. 344-368.

Sobreira, R. M. (2003). *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção.* Livros Horizonte.

Sobreira, R.M. (2004). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (19331974). In *Media & Jornalismo*, n.º 3, pp. 17-36.

Sousa, J. P. et al. (Coord.) (2010). *O pensamento jornalístico português: das origens a Abril de 1974*. LabCom.

Sousa, J. P. (Coord.) (2011). *Achegas à construção do pensamento jornalístico português*. Bocc/LabCom.

Sousa, J. P. (2009). *A discussão sobre a introdução do ensino do Jornalismo em Portugal: das primeiras menções ao primeiro curso de graduação*. Bocc/UBI.

Vaillant, A. (2004). La presse au miroir de la littérature. In M.-E. Thérenty; A. Vaillant (Dirs.) *Presse & Plumes. Journalisme et Littérature au XIXe siècle*, pp. 13-15. Nouveau-Monde Editions.

Valente, J. C. (1998). *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses: 1834-1934*. Sindicato dos Jornalistas.

Vargues, I. N. (2003). A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes? In *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n.º 24, pp. 157-175.

Fontes

Aranha, P. B. et al. (1894). *1erCongrèsInternational de la Presse (1894 — Anvers). Rapport de la Séction Portugaise*. Imprimerie Universelle.

Bataille, A., Oeker, P. (1899). L'Enseignement Professionnel du Journalisme. In *Compte Rendu des Travaux du 5ème Congrès International de la Presse. Lisbonne (*126-136). Imprimerie Gounouilhou.

Bessa, A. (1904). *O Jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa. Ano I, n.º I (1926) e Ano II, n.º 2, (1927).

Bramão, A. (1899). *O Jornalismo: Conferência Realizada na Sede da Associação dos Jornalistas de Lisboa*. Tipografia da Rua da Barroca.

Comte-Rendu des Travaux du 2ème *Congrès International de la Presse. Bordeaux, 1895*. (1896) Imprimerie Gounouilhou.

Cabreira, A. (1902). *Discursos proferidos no Congresso Internacional da Imprensa em Berne pelo Delegado da Associação da Imprensa Portuguesa*. Tipografia do Comércio.

Mesquita, A. et al. (1903). *Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa*. Tipografia Universal.

Estatutos da Associação da Imprensa (1898). Imprensa Nacional

Estatutos da Associação dos Jornalistas de Lisboa (1896). Tipografia Universal.

Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa (1925). Papel. e Tip. Casa Portuguesa

Regulamento Interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (1914). Tipografia Universal.